

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	35
1. Referências históricas do trabalho humano	35
1.1. Fatores históricos do surgimento do Direito do Trabalho	36
1.1.1. Revolução Industrial	36
1.1.2. Grande concentração de operários nas cidades onde estavam localizadas as fábricas	37
1.1.3. Doutrina social da Igreja e valorização do trabalho humano	37
1.1.4. Desenvolvimento da teoria da dignidade da pessoa humana, impulsionada pelo cristianismo	37
1.1.5. Condições de trabalho precárias	37
1.1.6. Reconhecimento do direito de união e as primeiras greves	37
1.1.7. Questão social	38
2. História do Direito do Trabalho no Brasil	38
3. A Consolidação das Leis do Trabalho	42
4. Do cenário atual do Direito do Trabalho no Brasil	44
5. Funções do Direito do Trabalho no sistema capitalista	47
6. Definição de Direito do Trabalho	48
7. Da autonomia do Direito do Trabalho	50
8. Da natureza jurídica do Direito do Trabalho	51
9. Divisões do Direito do Trabalho	51
10. Relações do Direito do Trabalho com os demais ramos do Direito	53

10.1. Direito Constitucional	53
10.2. Direito Processual do Trabalho	53
10.3. Direito Civil	54
10.4. Seguridade Social	55
10.5. Direito Penal	55
11. Da constitucionalização do Direito do Trabalho	57
12. A proteção ao trabalho humano na Constituição de 1988	60

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO 65

1. Da distinção entre normas, regras e princípios	65
2. Conceito e finalidades dos princípios	66
3. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho	67
3.1. Valor social do trabalho	68
3.2. Melhoria da condição social do trabalhador	69
3.3. Dignidade da pessoa humana do trabalhador	73
4. Dos princípios clássicos do Direito do Trabalho	76
4.1. Proteção	77
4.1.1. Norma mais favorável	78
4.1.2. <i>In dubio pro operario</i>	78
4.1.3. Condição mais benéfica – segurança jurídica do trabalha- dor	82
4.2. Irrenunciabilidade de direitos	86
4.2.1. Da renúncia e transação no Direito do Trabalho	86
4.3. Continuidade	88
4.4. Primazia da realidade	89
4.5. Boa-fé	89
4.6. Razoabilidade	90

CAPÍTULO III

FONTES DO DIREITO DO TRABALHO 93

1. Conceito de fonte do Direito	93
2. Do pluralismo jurídico do Direito do Trabalho	93

3.	Das espécies normativas no Direito do Trabalho	94
3.1.	Constituição Federal	94
3.2.	Leis trabalhistas	95
3.3.	Medidas provisórias	95
3.4.	Costume	96
3.5.	Princípios	97
3.6.	Jurisprudência	97
3.7.	Precedente judicial	98
3.7.1.	Precedentes vinculantes ou qualificados no Direito do Trabalho	100
3.8.	Das Súmulas em matéria trabalhista	103
3.9.	Doutrina	107
3.10.	Regulamento de empresa	107
3.11.	Sentença normativa	108
3.12.	Direito comparado	108
3.13.	Acordos e Convenções Coletivas do Trabalho	109
3.14.	Direito comum	109
3.15.	Decretos do Presidente da República e portarias do Ministério do Trabalho	110
4.	Hierarquia das fontes no Direito do Trabalho	110
5.	Integração do Direito do Trabalho	113
5.1.	Analogia	113
5.2.	Equidade	115
5.3.	Aplicação do Direito comum ao Direito do Trabalho	115
5.4.	Normas internacionais (Convenções da OIT)	116
5.4.1.	Do controle de convencionalidade das normas trabalhistas ...	119

CAPÍTULO IV

DA INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO 123

1.	Da interpretação do Direito do Trabalho	123
2.	Métodos clássicos de interpretação do Direito do Trabalho	124
2.1.	Literal ou gramatical	124
2.2.	Histórico	124
2.3.	Teleológico	125

2.4. Sistemático	125
2.5. Restritivo	126
2.6. Extensivo	126
2.7. Autêntica e doutrinal	126
3. Regras de interpretação constitucional	126
3.1. Unidade	127
3.2. Conformidade com a Constituição	127
3.3. Máxima efetividade	127
3.4. Força normativa	128
3.5. Proporcionalidade	128
4. Limitação da interpretação das normas coletivas pelos Tribunais Trabalhistas (Lei 13.467/17)	129
5. Aplicação da lei trabalhista no tempo	130
6. Aplicação das normas do direito do trabalho no espaço	135
7. Flexibilização e desregulamentação das normas trabalhistas	138

CAPÍTULO V

DA RELAÇÃO DE TRABALHO 143

1. Dos conceitos de relação de trabalho e relação de emprego	143
2. Da natureza jurídica da relação de trabalho	144
3. Relações de trabalho que não configuram relação de emprego	145
4. Trabalhador autônomo	146
5. A pejetização	147
6. Do representante comercial	150
7. Do autônomo exclusivo	154
8. Prestadores de serviços vinculados às plataformas digitais (UBER)	155
9. Trabalhador eventual	166
10. Trabalhador voluntário	167
10.1. Trabalhador religioso	168
11. Trabalhador avulso	169
11.1. Avulso não portuário	171
12. Do trabalhador cooperado	174
13. O empreiteiro e o contrato de empreitada	175
14. Do estagiário	177

CAPÍTULO VI

DO EMPREGADO 183

1. Conceito e requisitos	183
1.1. Pessoa natural	184
1.2. Serviços de natureza não eventual	184
1.3. Subordinação	184
1.3.1. Técnica	184
1.3.2. Econômica	184
1.3.3. Jurídica	185
1.3.4. Estrutural	185
1.3.5. Meios telemáticos e informatizados, controle e supervisão....	187
1.4. Pessoalidade	188
1.5. Onerosidade	188
2. Modalidades especiais de empregados	189
2.1. Dos altos empregados	189
2.2. Diretor de S.A.	190
2.3. Cláusula de não concorrência do alto empregado e efeitos no contrato de trabalho	191
2.4. Da possibilidade de o alto empregado negociar cláusulas contratuais	192
3. Empregados domésticos	193
3.1. Conceito	193
3.2. Direitos dos domésticos	197
4. Empregado rural	201
4.1. Conceito	201
4.2. Singularidades do trabalhador rural	202
5. Do trabalho fora do estabelecimento do empregador	203
6. Do trabalho em domicílio (<i>home office</i>)	203
7. Do teletrabalho	205
8. Empregados de cartórios extrajudiciais	209
9. Do empregado público	211
9.1. Conceito e regime jurídico	211
9.2. Estabilidade e formalidades para dispensa	212
9.3. Competência da Justiça do Trabalho	216

CAPÍTULO VII**DO EMPREGADOR 219**

1. Conceito	219
2. Características do empregador	220
2.1. Despersonalização	220
2.2. Assunção dos riscos da atividade econômica	220
2.3. Poder diretivo	221
2.3.1. Poder regulamentar	221
2.3.2. Poder disciplinar	221
2.3.3. Direito de variar (<i>jus variandi</i>)	222
3. Do empregador por equiparação	222
4. Grupo de empresas ou empregadores	222
4.1. Do reconhecimento do grupo de empresas na execução trabalhista	227
5. Consórcio de empregadores	230
5.1. Consórcio de empregadores rural	231
5.2. Consórcio de empregadores urbanos	232
6. Da sucessão de empregadores	234
6.1. Da responsabilidade da empresa sucedida	236
7. Falência e recuperação judicial – efeitos nos créditos trabalhistas	237
7.1. Privilégio do crédito trabalhista na falência	243
7.2. Aplicação de multas pelo não pagamento de verbas rescisórias	243
7.3. Alienação de bens na falência e recuperação judicial e sucessão trabalhista	244
7.4. Responsabilidade de terceiros (solidários e subsidiários, e desconsideração da personalidade jurídica) na falência e recuperação judicial	245
8. A responsabilidade patrimonial do sócio e a desconsideração da personalidade jurídica no Direito do Trabalho	248
9. Da responsabilidade do sócio retirante	254
10. Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica	255
11. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	257

CAPÍTULO VIII**DO CONTRATO DE TRABALHO 261**

1. Do contrato. Definição	261
2. Princípios fundamentais dos contratos	261
2.1. Autonomia da vontade	261
2.2. Supremacia da ordem pública	262
2.3. Força vinculante	262
2.4. Princípio da função social do contrato	262
2.5. Boa-fé objetiva	263
2.6. Equilíbrio contratual	263
3. Do contrato de trabalho	263
3.1. Características do contrato de trabalho	265
4. Das tratativas preliminares do contrato de trabalho. Manifestação da vontade e pré-contrato	265
5. Exigência de tempo de experiência do empregado para contratação	266
6. Contrato de trabalho tático	267
7. Requisitos de validade do contrato de trabalho	267
7.1. Capacidade de direito	268
7.2. Capacidade de fato ou de exercício	268
7.3. Forma prevista ou não vedada em lei	269
8. Nulidades do contrato de trabalho	269
9. Direitos e obrigações do empregador	271
9.1. Direitos inerentes ao poder diretivo	271
9.2. Padrão de vestimenta dos empregados	272
9.3. Monitoramento do <i>e-mail</i>	272
9.4. Das revistas	275
10. Obrigações do empregador	276
11. Proteção de dados pessoais dos empregados (Lei Geral de Proteção de Dados)	277
12. Direitos e obrigações do empregado	283
13. Das invenções do empregado	284
14. Dos contratos por prazo determinado	286
14.1. Contratos por prazo determinado e as garantias de emprego	289

15. Contrato de experiência ou de prova	290
16. Do contrato de trabalho intermitente	291
16.1. Conceito de trabalho intermitente e constitucionalidade	291
16.2. Requisitos do contrato de trabalho intermitente	293

CAPÍTULO IX

DA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA 297

1. Do conceito e requisitos de validade da terceirização	297
2. A terceirização na atividade-fim: efeitos	301
3. Terceirização na Administração Pública	304
4. Aspectos processuais da terceirização	311
5. Da responsabilidade nos contratos de subempreitada	314
5.1. Da responsabilidade do dono da obra nos contratos de empreitada	315
6. Contrato de trabalho temporário	316

CAPÍTULO X

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 323

1. Conceito de alteração contratual e requisitos	323
2. Direito de resistência do empregado	326
3. Alteração da função	327
4. Retorno ou reversão	327
5. Promoção	328
6. Rebaixamento	330
7. O acúmulo de função	330
8. Da transferência do empregado	332
9. Empregados excluídos da proteção da intransferibilidade	334
10. Adicional de transferência	334
11. Transferência abusiva e direito de resistência do empregado	336

CAPÍTULO XI

DA SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 337

1. Dos conceitos de interrupção e suspensão do contrato de trabalho e efeitos	337
---	-----

2.	Prescrição durante os períodos de suspensão e interrupção	338
3.	Hipóteses de suspensão contratual	339
3.1.	Afastamento em decorrência do serviço militar	339
3.2.	Acidente de Trabalho	339
3.3.	Suspensão disciplinar	340
3.4.	Suspensão para fins de inquérito judicial para apuração de falta grave	340
3.5.	Aposentadoria por invalidez	342
3.6.	Suspensão do contrato de trabalho em razão de violência doméstica (Lei Maria da Penha)	343
3.7.	Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional ..	345
4.	Hipóteses de interrupção contratual (artigo 473 da CLT)	346
4.1.	A questão do limbo previdenciário-trabalhista	349
4.2.	Afastamento do empregado de isolamento para enfrentamento de emergência de saúde pública (Lei 13.979/20)	350
4.3.	Licença-maternidade	353

CAPÍTULO XII

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 357

1.	Conceito e nomenclaturas utilizadas	357
2.	Da dispensa individual	358
2.1.	Natureza do ato do empregador que põe fim ao contrato de trabalho	358
3.	Da dispensa coletiva	359
3.1.	A dispensa coletiva e o novo direcionamento dado pelo STF	363
4.	Da justa causa	365
4.1.	Conceito	365
4.2.	Requisitos para configuração da justa causa	366
4.2.1.	Tipicidade	366
4.2.2.	Gravidade	366
4.2.3.	Imediatidade	366
4.2.4.	Proporcionalidade	367
4.2.5.	Determinância	367

4.3. Necessidade de o empregador informar ao empregado os motivos da justa causa	368
5. Do ônus da prova da justa causa	369
6. Hipóteses que autorizam a dispensa por justa causa	371
6.1. Ato de improbidade	371
6.2. Mau procedimento	371
6.3. Incontinência de conduta	371
6.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço	372
6.5. Condenação criminal	372
6.6. Desídia	372
6.7. Embriaguez habitual ou em serviço	373
6.8. Violação de segredo da empresa	374
6.9. Ato de indisciplina	374
6.10. Insubordinação	374
6.11. Abandono de emprego	374
6.12. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	375
6.13. Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	376
6.14. Prática constante de jogos de azar	376
6.15. Perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado	376
6.16. Atos atentatórios à segurança nacional (Incluído pelo Decreto-lei nº 3/66)	376
6.17. A ausência de vacinação do empregado contra a Covid-19 e a possibilidade de dispensa por justa causa	377
7. Dano moral (extrapatrimonial) e justa causa	378
8. Extinção por culpa recíproca	381
9. Do pedido de demissão	382
10. Da rescisão indireta do contrato de trabalho	383
11. Ônus da prova na rescisão indireta do contrato de trabalho	384

12. Hipóteses de rescisão indireta do contrato de trabalho	384
12.1. Forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato	385
12.2. For tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo	385
12.3. Correr perigo manifesto de mal considerável	385
12.4. Não cumprir o empregador as obrigações do contrato	385
12.5. Praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo de honra e boa fama	386
12.6. O empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem	386
12.7. O empregador reduzir o trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários	387
12.8. O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais incompatíveis com a continuação do serviço	387
12.9. No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho	387
13. Opção por continuar no trabalho enquanto aguarda decisão de processo trabalhista	387
14. Extinção do contrato de trabalho por adesão do trabalhador a plano de demissão voluntária (PDV)	387
15. Da extinção do contrato de trabalho por acordo entre as partes	389
16. A extinção do contrato de trabalho por acordo extrajudicial homologado em juízo	391
17. Fato príncipe	394
18. Da Força Maior	397
19. Do falecimento do empregado e do empregador pessoa física	400
20. Extinção dos contratos por prazo determinado	401
21. A questão da aposentadoria e a extinção do contrato de trabalho	402
22. Das verbas rescisórias (formalidades e pagamento)	404
23. Termo de quitação anual de obrigações trabalhistas	408
24. Do aviso prévio: conceito e modalidades	409
24.1. Da proporcionalidade do aviso prévio (Lei 12.506/2011)	412

CAPÍTULO XIII**ESTABILIDADE E GARANTIA DE EMPREGO 415**

1. Conceitos: estabilidade e garantia de emprego	415
2. A Constituição de 1988, Convenção 158, da OIT, e o fim da estabilidade	416
3. Garantias de emprego	420
4. Garantia de emprego da gestante e mãe adotante	421
5. Membro de CIPA	426
6. Dirigente sindical	428
6.1. Do inquérito judicial para apuração de falta grave pelo dirigente sindical	430
7. Empregado acidentado	431
8. Empregado reabilitado e portador de necessidades especiais	433
9. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	434
9.1. Conceito e natureza jurídica	434
9.2. Recolhimentos	435
9.3. Movimentação dos depósitos	438
9.4. Prescrição	441
9.5. Competência da Justiça do Trabalho	441

CAPÍTULO XIV**DA DURAÇÃO DO TRABALHO 445**

1. Do direito fundamental à limitação de jornada de trabalho	445
1.1. Do direito à desconexão do trabalho	445
2. Da jornada de trabalho	446
3. Horas de percurso ou “in itinere”	449
4. Horas de Sobreaviso e prontidão	450
5. Turnos ininterruptos de revezamento	452
6. Jornada de trabalho a tempo parcial	456
7. Da prorrogação da jornada de trabalho	457
8. Da prorrogação de horas decorrentes de atividade insalubre	459
9. Compensação de horas	461
10. Do banco de horas	464

11. Efeitos da irregularidade do acordo de compensação de horas	467
12. A compensação da jornada no regime 12X36	468
13. Dos empregados excluídos do regime de limitação da jornada de trabalho	470
13.1. Da constitucionalidade do art. 62 da CLT	471
13.2. Da jornada externa	472
13.3. Cargos de gestão	473
13.4. Empregados em regime de teletrabalho	475
13.5. Da jornada do bancário	475
13.5.1. A questão da jornada do bancário que desempenha função de confiança	477
13.5.2. Da compensação da gratificação de função com as horas extras deferidas a partir da 6ª diária quando há descaracterização da função de confiança bancária na Justiça do Trabalho	480
14. Da prova da jornada de trabalho	481
14.1. Dos controles de ponto	481
14.2. Do ônus da prova da jornada de trabalho	483
14.3. Base de cálculo das horas extras	486
15. Do trabalho noturno	487
16. Dos períodos de descanso	490
17. Do intervalo interjornada	490
18. Intervalo intrajornada	491
18.1. Do intervalo do trabalhador rural	496
18.2. Intervalo em jornada externa	496
19. Do intervalo do digitador e <i>telemarketing</i>	497
20. Do descanso semanal remunerado e feriados	499

CAPÍTULO XV

DAS FÉRIAS	505
1. Conceito e natureza jurídica	505
2. Da aquisição do direito a férias	506
3. Do período concessivo das férias	508
4. Das férias coletivas	511

5. Da remuneração e do abono de férias	513
6. Dos efeitos da extinção do contrato de trabalho nas férias	516
7. Da prescrição das férias	517

CAPÍTULO XVI

DO SALÁRIO E DA REMUNERAÇÃO 519

1. Conceitos de salário e remuneração e caracteres	519
2. Das gorjetas e sua natureza jurídica	520
3. Parcelas que integram o salário	522
3.1. Comissões	523
3.2. Gratificações	524
3.3. Utilidades (salário “in natura”)	524
3.4. Décimo terceiro salário	528
3.5. Adicionais	529
3.5.1. Adicionais de horas extras e noturno	529
3.5.2. Adicional de transferência	530
3.5.3. Do adicional de insalubridade	530
3.5.4. Do adicional de periculosidade	532
3.5.5. Da cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade	533
4. Parcelas que não integram o salário	534
4.1. Prêmios	534
4.2. Abono	535
4.3. Ajuda de custo	535
4.4. Diárias para viagem	535
4.5. Participação nos lucros	535
5. Parcelas salariais de natureza controvertida	539
5.1. Gueltas	539
5.2. <i>Stock options</i>	540
5.3. Direitos de imagem e arena	541
6. Regras protetivas do salário	545
6.1. Irredutibilidade do salário	545
6.2. Impenhorabilidade do salário	547

6.3. Intangibilidade salarial	549
7. Modalidades de salário	551
8. Salário mínimo	552
9. Do salário profissional	553
10. Do salário normativo ou convencional	554
11. Da correção monetária do salário	554
12. Do <i>truck system</i>	559
13. Periodicidade de pagamento do salário	560
14. Não discriminação salarial	561
15. Formalidades de pagamento	561
16. Da equiparação salarial	563
16.1. Requisitos para a equiparação salarial	564
16.1.1. Mesmo empregador	564
16.1.2. Mesma localidade	564
16.1.3. Identidade de funções	565
16.1.4. Simultaneidade no exercício da função	566
16.2. Requisitos elidentes da equiparação salarial	566
16.2.1. Existência e quadro de carreira	566
16.2.2. Tempo de serviço e tempo no exercício da função	567
17. Salário não estipulado e equiparação salarial por equivalência	569
18. Desvio de função	570

CAPÍTULO XVII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 571

1. Dos conceitos de prescrição e decadência	571
2. O regramento constitucional da prescrição trabalhista	573
3. Da prescrição de parcelas sucessivas	575
3.1. Complementação de aposentadoria	576
4. Causas de interrupção, impedimento e suspensão da prescrição	577
5. Prescrição da pretensão declaratória	582
6. Da prescrição intercorrente	583
7. Do momento de arguição da prescrição	586
8. Reconhecimento da prescrição de ofício	587

9. Prescrição aplicável para as ações que não envolvem uma parcela trabalhista <i>stricto sensu</i>	591
10. Da prescrição do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho	592
11. Prescrição dos danos materiais e morais decorrentes do acidente de trabalho	594
12. O não decurso do prazo prescricional enquanto a responsabilidade pelo fato lesivo estiver sendo apurada no juízo criminal	597

CAPÍTULO XVIII

DA RESPONSABILIDADE CIVIL NO DIREITO DO TRABALHO 601

1. Do dano	601
2. A responsabilidade civil	602
3. Da responsabilidade civil do empregador por danos causados a seus empregados	603
4. Da responsabilidade civil do empregador por atos de seus prepostos ou empregados por danos causados a terceiros	604
5. Da responsabilidade do empregado por danos causados ao empregador	604
6. Da responsabilidade do empregador pelos danos causados ao empregado decorrentes do acidente de trabalho	605
6.1. Do acidente de trabalho: questões conceituais	605
6.1.1. Reparações devidas ao trabalhador nos casos de danos decorrentes de acidentes de trabalho	609
6.2. Teorias sobre a responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho	611
6.3. Teoria da responsabilidade subjetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	611
6.4. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado no acidente de trabalho	612
6.5. Teoria da responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos causados ao empregado nas atividades de risco	614
6.6. Teoria da responsabilidade subjetiva com culpa presumida do empregador	620
7. Do dano moral (extrapatrimonial) decorrente da relação de trabalho ...	621
7.1. Do dano moral (extrapatrimonial) na Consolidação das Leis do Trabalho	624

7.1.1.	Integridade física	625
7.1.2.	Intimidade	625
7.1.3.	Honra	627
7.1.4.	Liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade	628
7.1.5.	Imagem	628
7.1.6.	Saúde, o lazer e a integridade física	630
8.	Dano moral (extrapatrimonial) reflexo ou em ricochete	631
9.	Reparabilidade do dano moral e requisitos	634
10.	Assédio moral	636
10.1.	Espécies de assédio moral	638
11.	Assédio sexual	639
11.1.	A prova do dano moral nas violações da intimidade do empregado em que não há publicidade do fato (assédio moral e assédio sexual)	641
12.	Dano estético e o dano moral	643
13.	O dano moral coletivo	644
14.	Do valor da reparação por danos morais	649

CAPÍTULO XIX

NORMAS TUTELARES	653
1. Da Carteira de Trabalho e Previdência Social	653
1.1. Reclamação por falta de anotação da CTPS	656
1.2. Ausência de anotações, fraude e falsidade documental	657
2. Da proteção ao trabalho da mulher	660
2.1. Das práticas discriminatórias	663
2.2. Dos atestados de gravidez	664
2.3. Da proteção à maternidade	665
3. Da proteção ao trabalho do menor	674
3.1. Trabalho prejudicial à moralidade do menor	676
3.2. Jornada de trabalho do menor	677
3.3. Do contrato de aprendizagem	678
3.3.1. Requisitos do contrato de aprendizagem	680
3.3.2. Da extinção do contrato de aprendizagem	681
3.4. Da prescrição contra o menor	682

CAPÍTULO XX**SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO 683**

1. Do meio ambiente do trabalho	683
2. Princípios do direito ambiental do trabalho	685
2.1. Competência da Justiça do Trabalho para as ações relacionadas ao Meio Ambiente do Trabalho	686
3. Da segurança e medicina do trabalho	689
3.1. Da saúde do trabalhador	691
4. Obrigações das empresas e dos empregadores	693
5. Obrigações do empregado	694
6. Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas – SESMT ...	695
7. Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA)	696
8. Do trabalho em condições de insalubridade	697
9. Da regulamentação das atividades insalubres	698
10. Atividades não regulamentadas pelas normas regulamentares do Ministério do Trabalho	699
11. Da eliminação da insalubridade	701
12. Do Trabalho em condições de periculosidade	701
13. Da necessidade de estar regulamentada por norma regulamentar	705
14. Da eliminação da periculosidade	706
15. Do adicional de penosidade	706
16. Da necessidade de perícia técnica para apuração de insalubridade e periculosidade	707

CAPÍTULO XXI**FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO 713**

1. Conceito e competência para a fiscalização do trabalho	713
2. Do procedimento da fiscalização trabalhista	715
2.1. Da imposição de penalidade	716
2.2. Da anotação pelo Auditor Fiscal do Trabalho em ato de fiscalização	717
2.3. Do domicílio eletrônico trabalhista	718
2.4. Do auto de infração	719
3. Dos recursos	723
4. Do depósito, da inscrição e da cobrança das multas	724

CAPÍTULO XXII**DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 727**

1. Referências históricas	727
2. Autonomia do Direito Coletivo do Trabalho	728
3. Conceito do Direito Coletivo do Trabalho ou Direito Sindical?	729
4. Do interesse coletivo	730
5. Dos princípios do Direito Coletivo do Trabalho	731
5.1. Princípios específicos do Direito Coletivo do Trabalho	731
5.1.1. Liberdade sindical	731
5.1.2. Princípio da liberdade de associação	733
5.1.3. Equilíbrio entre os entes coletivos	734
5.1.4. Boa-fé objetiva dos entes coletivos	735
5.1.5. Participação obrigatória do sindicato nas negociações co- letivas	735
5.1.6. Princípio da adequação setorial negociada	736
6. Pluralidade x unicidade sindical	736
7. Das categorias profissional, econômica e diferenciada	737
8. Do Sindicato	740
8.1. Conceito	740
8.2. Natureza jurídica do sindicato	740
8.3. Funções do sindicato	741
8.4. A administração do sindicato e a constitucionalidade do art. 522 da CLT	742
9. Do enquadramento sindical	743
10. Desmembramento da categoria e surgimento de novo sindicato	745
11. Entidades sindicais de nível superior	746
12. As centrais sindicais	747
13. Das eleições sindicais	748
14. Das receitas sindicais	750
14.1. Contribuição sindical	750
14.2. Da contribuição confederativa	752
14.3. Contribuição assistencial	753
14.4. Mensalidade sindical	755

15. Comissão de representantes de empregados	755
16. Condutas antissindicaais	758
17. Do conflito coletivo de trabalho	762
17.1. Espécies de conflitos coletivos do trabalho	763
18. Das formas de solução dos conflitos coletivos de trabalho	764
18.1. Autotutela	764
18.2. Autocomposição	764
18.3. Heterocomposição	765
19. Mediação e conciliação nos conflitos coletivos do trabalho	765
20. Da negociação coletiva de trabalho: conceito e finalidades	769
21. Flexibilização de direitos trabalhistas por meio de convenções e acordos coletivos de trabalho	771
21.1. Da constitucionalidade do art. 611-A da CLT e o tema 1046 de Repercussão Geral do STF	775
21.2. Interpretação das normas coletivas	776
21.3. Direitos indisponíveis na negociação coletiva, sob a ótica da Lei 13.467/17	777
21.4. Requisitos para celebração de acordos e convenções coletivas de trabalho e conteúdo de suas cláusulas	778
21.5. Prazo de vigência da norma coletiva e a questão da ultratividade	781
21.6. Da possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e empresa (art. 617 da CLT)	784
21.7. Prevalência das disposições constantes do acordo coletivo sobre a convenção coletiva de trabalho	785
21.8. Anulação de acordos e convenções coletivas e ação anulatória	787
22. Competência da Justiça do Trabalho para as controvérsias decorrentes de matéria sindical	793
23. Do Poder Normativo da Justiça do Trabalho brasileira	797
24. Do dissídio coletivo	800
24.1. A questão do comum acordo para ajuizar o dissídio coletivo de natureza econômica	802
24.2. Como resolver o impasse se o sindicato forte se recusa a negociar?	807
24.3. Do procedimento no dissídio coletivo	807
25. Da ação de cumprimento	812

26. Da substituição processual (legitimidade extraordinária) e atuação do Sindicato	816
27. Da greve	827
27.1. Conceito e origens	827
27.2. Greve dos servidores públicos	828
27.3. Do procedimento da greve: direitos e obrigações	829
28. Locaute	836
29. As ações decorrentes da greve e a competência da Justiça do Trabalho	836
30. Arbitragem nos conflitos coletivos	840
31. Das comissões de conciliação prévia	842
BIBLIOGRAFIA	847